



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

**OFÍCIO Nº:** 552/2022

**ASSUNTO:** Encaminhamento (faz)

**DATA:** 13/10/2022

**Senhor Presidente,**

Em observância do artigo 90, inciso V e art. 60, da Lei Orgânica Municipal - LOMA, sirvo-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência, Projeto de Lei /2022, que "Altera a Lei nº 4.269 de 05 de setembro de 2022 e dá outras providências", para ser apreciado por esta egrégia Casa Legislativa, em **REGIME ESPECIAL DE URGÊNCIA**.

Sem outro particular, aproveito o ensejo, para renovar-lhe os protestos do meu mais profundo respeito.

Atenciosamente,

  
**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

Câmara Municipal de Manhuaçu



PROTOCOLO GERAL 434/2022  
Data: 14/10/2022 - Horário: 14:17  
Legislativo - PL 107/2022

EXMO. SR.

**CLEBER DA PENHA BENFICA**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANHUAÇU**

MANHUAÇU – MINAS GERAIS

Praça Cinco de Novembro nº 381 – Centro – CEP 36.900-091 – Manhuaçu – MG



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

## PROJETO DE LEI Nº 107, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022.

*Altera a Lei nº 4.269 de 05 de setembro de 2022 e dá outras providências.*

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, Maria Imaculada Dutra Dornelas, Prefeita Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O artigo 2º da Lei municipal nº 4.269 de 05 de setembro de 2022 passará a vigorar com as seguintes alterações:

### DE:

**“Art. 2º.** .....

(...)

**D. Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de pedreiro – 05 vagas**

**E. Auxiliar de Serviços Gerais/Trabalhador Braçal – 15 vagas**

### PARA:

**“Art. 2º.** .....

(...)

**D. Agente de Serviços Públicos – 20 vagas**

**E. Suprimida**

**Art. 2º.** O §3º do artigo 3º passará a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 3º.** .....

(...)

**§3º.** As vagas descritas no caput deste artigo, acrescem aquelas previstas no Anexo II da Lei Municipal nº 2.418/2004.

**Art. 3º.** O artigo 4º passará a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 4º.** .....

(...)

**D. Agente de Serviços Públicos – R\$ 1.212,00**

**E. Suprimida**

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Praça Cinco de Novembro nº 381 – Centro – CEP 36.900-091 – Manhuaçu – MG

8



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de setembro de 2022.

Prefeitura Municipal de Manhuaçu (MG), em 13 de outubro de 2022.

  
**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

## MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 107 / 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustríssimos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,

Ao cumprimentar Vossa Excelência e demais membros desta Egrégia Casa Legislativa, aproveito a oportunidade para encaminhar Projeto de Lei que Altera a Lei nº 4.269 de 05 de setembro de 2022.

### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo adequar a nomenclatura dos cargos que tiveram a contratação temporária de pessoal autorizada, pela lei supracitada, àquelas hodiernamente previstas na Lei Municipal 2.418/2004, Plano de Cargos e Salários, e suas posteriores alterações, principalmente àquelas previstas na Lei 3.352 de 20 de dezembro de 2013.

Na certeza de poder contar com a compreensão dos membros desta Egrégia Casa Legislativa quanto à apreciação, votação e aprovação da matéria em pauta, reitero votos de elevada estima e especial consideração.

Prefeitura Municipal de Manhuaçu (MG), em 13 de outubro de 2022.

**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

## LEI MUNICIPAL Nº 4.269, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

**“Autoriza a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, altera o Anexo II e VII da Lei nº 2.418/2004 e dá outras providências”.**

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, **Maria Imaculada Dutra Dornelas**, *Prefeita Municipal*, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

A

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, artigo 110 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.418/04, que instituiu o plano de cargos e salários do município de Manhuaçu (MG), a contratar pessoal, com prazo determinado até a data de 31 de julho de 2023.

**Art. 2º.** As atividades a serem contratadas por tempo determinado e autorizadas por esta lei se limitarão aos cargos e ao número máximo de vagas, conforme estabelecido a seguir:

- A.** Oficial de obras II - Calceteiro: 12 vagas;
- B.** Oficial de obras - Pedreiro: 12 vagas;
- C.** Motorista: 15 vagas;
- D.** Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Pedreiro – 05 vagas;
- E.** Auxiliar de Serviços Gerais/Trabalhador Braçal – 15 vagas.

**Art. 3º.** Para atender ao previsto no artigo 1º, os servidores só poderão ser contratados para os cargos relacionados no art. 2º, até a realização de concurso público, e por período não superior a 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período.

**§ 1º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial do município.

**§ 2º.** As contratações de que tratam esta lei seguirão as exigências previstas em Edital específico para tal.

**§ 3º.** As vagas descritas no caput deste artigo, acrescem aquelas previstas nos Anexos II e VII da Lei nº 2.418/2004.

**§ 4º.** Os contratados assumirão suas funções no prazo assinalado pela Administração.

**§ 5º.** Os contratados estarão sujeitos aos mesmos direitos e atribuições previstos na Lei nº 2.418/2004 e suas alterações (Plano de Cargos e Salários), aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade previstos na Lei nº 1.682/1991 (Estatuto dos Servidores).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

**Art. 4º.** As contratações serão de natureza administrativa, assegurados aos contratados os seguintes direitos:

**I** – Remuneração mensal:

**A.** Oficial de obras II - Calceteiro: R\$ 1.543,51;

**B.** Oficial de obras - Pedreiro: R\$ R\$ 1.543,51;

**C.** Motorista: R\$ 1.543,51;

**D.** Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Pedreiro – R\$ 1.212,00;

**E.** Auxiliar de Serviços Gerais/Trabalhador Braçal - R\$ 1.212,00

**II** – jornada de trabalho de quarenta horas semanais;

**III** – gratificação natalina e férias, inclusive proporcionais e indenizadas ao término do contrato; e

**IV** – inscrição no sistema oficial da previdência social.

**§ 1º.** A remuneração mensal será reajustada na mesma data e pelos mesmos índices aplicáveis a todo o funcionalismo público do município.

**§ 2º.** O serviço extraordinário só será pago se houver justificação prévia e autorização formal do secretário municipal responsável.

**Art. 5º.** Extingue-se o contrato firmado de acordo com essa lei, sem direito a indenizações:

**I** – pelo decurso do prazo; ou

**II** – por iniciativa do contratante ou do contratado, mediante comunicação à outra parte, com antecedência mínima de dez dias, garantida a percepção da remuneração proporcional do período trabalhado e das vantagens de que trata o inciso III do art. 4.º desta Lei.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias conforme disposto na Lei Orçamentária anual, lei complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

  
**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**  
**PREFEITA MUNICIPAL**





**LEI MUNICIPAL Nº 4.269, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022**

**"Autoriza a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, altera o Anexo II e VII da Lei nº 2.418/2004 e dá outras providências".**

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, **Maria Imaculada Dutra Dornelas**, *Prefeita Municipal*, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, artigo 110 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.418/04, que instituiu o plano de cargos e salários do município de Manhuaçu (MG), a contratar pessoal, com prazo determinado até a data de 31 de julho de 2023.

**Art. 2º.** As atividades a serem contratadas por tempo determinado e autorizadas por esta lei se limitarão aos cargos e ao número máximo de vagas, conforme estabelecido a seguir:

- A.** Oficial de obras II - Calceteiro: 12 vagas;
- B.** Oficial de obras - Pedreiro: 12 vagas;
- C.** Motorista: 15 vagas;
- D.** Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Pedreiro - 05 vagas;
- E.** Auxiliar de Serviços Gerais/Trabalhador Braçal - 15 vagas.

**Art. 3º.** Para atender ao previsto no artigo 1º, os servidores só poderão ser contratados para os cargos relacionados no art. 2º, até a realização de concurso público, e por período não superior a 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período.

**§ 1º.** O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial do município.

**§ 2º.** As contratações de que tratam esta lei seguirão as exigências previstas em Edital específico para tal.

**§ 3º.** As vagas descritas no caput deste artigo, acrescem aquelas previstas nos Anexos II e VII da Lei nº 2.418/2004.

**§ 4º.** Os contratados assumirão suas funções no prazo assinalado pela Administração.

**§ 5º.** Os contratados estarão sujeitos aos mesmos direitos e atribuições previstos na Lei nº 2.418/2004 e suas alterações (Plano de Cargos e Salários), aos mesmos deveres e proibições e ao mesmo regime de responsabilidade previstos na Lei nº 1.682/1991 (Estatuto dos Servidores).



**Art. 4º.** As contratações serão de natureza administrativa, assegurados aos contratados os seguintes direitos:

**I** - Remuneração mensal:

**A.** Oficial de obras II - Calceteiro: R\$ 1.543,51;

**B.** Oficial de obras - Pedreiro: R\$ R\$ 1.543,51;

**C.** Motorista: R\$ 1.543,51;

**D.** Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Pedreiro - R\$ 1.212,00;

**E.** Auxiliar de Serviços Gerais/Trabalhador Braçal - R\$ 1.212,00

**II** - jornada de trabalho de quarenta horas semanais;

**III** - gratificação natalina e férias, inclusive proporcionais e indenizadas ao término do contrato; e

**IV** - inscrição no sistema oficial da previdência social.

**§ 1º.** A remuneração mensal será reajustada na mesma data e pelos mesmos índices aplicáveis a todo o funcionalismo público do município.

**§ 2º.** O serviço extraordinário só será pago se houver justificação prévia e autorização formal do secretário municipal responsável.

**Art. 5º.** Extingue-se o contrato firmado de acordo com essa lei, sem direito a indenizações:

**I** - pelo decurso do prazo; ou

**II** - por iniciativa do contratante ou do contratado, mediante comunicação à outra parte, com antecedência mínima de dez dias, garantida a percepção da remuneração proporcional do período trabalhado e das vantagens de que trata o inciso III do art. 4.º desta Lei.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias conforme disposto na Lei Orçamentária anual, lei complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor em na data de sua publicação.

**MARIA IMACULADA DUTRA DORNELAS**

**PREFEITA MUNICIPAL**